

## O CRESCIMENTO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

*Tendência*, nº 127, dezembro

O Brasil pode crescer em 1985 e nos próximos anos? A resposta a esta pergunta importante questão que afeta a vida da maioria dos brasileiros é sim. A dinâmica cíclica do capitalismo aponta nesta direção desde o início de 1984. E a expansão ou retomada do crescimento econômico não aconteceu apenas porque a política econômica vigente tem sido fortemente recessionista.

Mas, as condições para que o país volte a crescer estão dadas e dificilmente terão outro rumo em 1985. Acredito nesta tendência por que os desajustes observados na economia no período de 1979 a 1982 foram praticamente superados. O que pode ser comprovado pelos superávits da balança comercial brasileira em 1983 e este ano. Em 83, o superávit foi de US\$ 6,5 bilhões e este ano deverá se situar em torno dos US\$ 12 bilhões. O pequeno déficit em conta corrente ainda existente não indica que o país esteja gastando mais do que produz, pois os juros a parcela mais pesada desta conta referem-se a dívidas passadas. Da mesma forma, a inflação de 230% não indica que a nação esteja vivendo acima de seus meios já que não se trata de uma inflação de demanda, mas sim, de um processo inflacionário autônomo mantido neste nível devido a indexação formal e informal da economia.

Existe um desajustamento importante que é a dívida externa e que precisa ser melhor resolvida inclusive com a componente política por duas razões: a) os juros internacionais oneram a balança de transações correntes do Brasil causando uma transferência real de recursos para o exterior; e b) a taxa de juros internacional, mais as comissões e os spreads estabelecem um piso para a taxa de juros interna. Anote-se, porém que em termos de balança de pagamentos a situação em 1985 está equacionada.

Outro indicador do ajustamento da economia é o comportamento do setor produtivo e do mercado em 1984. O nível de emprego na indústria de São Paulo vem crescendo lenta mas firmemente. O IBGE anuncia taxas decrescentes de desemprego. A produção industrial está aumentando não só nas indústrias voltadas para a exportação mas também nas de produtos de consumo interno. A massa salarial, que entrará em declínio a partir de 1983, voltou a crescer. As vendas a varejo também voltaram a ter crescimento positivo a partir de setembro. E, finalmente, apesar de todas as barreiras impostas, o PIB deve ter um crescimento de 3% a 4% este ano.

Em contraposição a estes sinais de vigor e de vontade de crescer da economia, o governo, cumprindo as metas do Fundo Monetário internacional, continua praticando uma política econômica recessiva. A política fiscal, por exemplo, apesar dos bons resultados obtidos este ano, segue violentamente austera. O déficit público operacional (necessidades de financiamento do setor público desconsideraria a correção monetária) que foi mais de Cr\$ 10 trilhões em 1983 (em cruzeiros de 1984) e correspondia a 2,7% do PIB, este ano deverá se transformar em um superávit de mais de Cr\$ 3 trilhões, correspondente a 0,5% do PIB.

A política monetária também continua fortemente restritiva. A oferta de moeda aumentou cerca de 150% nos últimos 12 meses, contra uma inflação no mesmo período de 213%. As medidas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional em 12 de setembro, elevando o recolhimento compulsório sobre os depósitos a prazo, obrigou os bancos a aumentarem as taxas de juros de captação. Em consequência, as instituições financeiras também aumentaram as taxas de juros dos empréstimos. Desta maneira, os juros reais subiram a casa dos 40% ao ano, o que inviabiliza qualquer investimento produtivo.

Ora esta situação caracteriza uma verdadeira briga entre o setor real da economia, que quer crescer e a política econômica, que busca impedir o crescimento em nome de uma equivocada estratégia de combate a inflação. Briga, que a meu ver, o setor real está vencendo e deverá continuar vencendo em 1985 apesar dos obstáculos criados pelo governo federal. No início deste ano, quando foi detectado sinais de recuperação da economia pareceu-me que seu fôlego seria curto, devido a força restritiva da política

econômica. A violência das medidas adotadas pelo CMN em setembro pareciam confirmar este pessimismo.

Agora, entretanto é possível perceber que apesar das medidas estarem de fato reduzindo o ímpeto da recuperação, não serão capazes de impedi-la. E não serão capazes por duas razões. Primeiro, é preciso lembrar que uma economia capitalista desenvolve-se através de ciclos nos quais os períodos de recessão tem o papel de queimar capitais e assim purgar a economia. Ou seja, ajustá-la externa e internamente, de forma a eliminar as distorções dos mais variados tipos.

Segundo, é preciso admitir que a recessão ocorrida no Brasil entre 1981 e 1983, ainda que desnecessariamente violenta, já cumpriu a sua função de ajustar a economia. O déficit comercial transformou-se em um enorme superávit, o déficit público também se transformou em superávit público, os preços relativos foram colocados razoavelmente de acordo com a lei do valor, a produtividade das empresas cresceu consideravelmente, os investimentos substituidores de importações do 2º PND maturaram e a produção de petróleo cresceu extraordinariamente. Em síntese, a economia ajustou-se e as barreiras impostas pela política econômica são uma tentativa de manter artificialmente a economia em recessão. Esta tentativa provavelmente não terá êxito. De um lado, porque com a eleição de Tancredo Neves deverá haver importantes mudanças na política econômica dentro de alguns meses. E, de outro, porque é ilusão imaginar que a política econômica é mais forte do que a lógica cíclica do capitalismo. (Tendência, nº 127, dezembro)